

INSTITUTO FEDERAL

São Paulo

Câmpus São Roque

MARCO ZERO – INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO ROQUE

Equipe Gestora do IFSP-SRQ:

Diretor-Geral – Frank Viana Carvalho

Diretora Adjunta de Ensino – Anna Carolina Salgado Jardim

Diretora Adjunta de Administração – Karina Pinheiro Monteiro

Coordenadora de Pesquisa e Inovação – Nathalia Abe Santos

Coordenador de Extensão – Rafael Fabrício de Oliveira

Equipe local do Programa Escolas 2030

Coordenadora: Anna Carolina Salgado Jardim

Membros da equipe Escolas 2030

Representante da Direção - Frank Viana Carvalho

Representantes Docentes Titulares

Áurea Juliana Bombo Trevisan; Fernando Santiago dos Santos

Representantes Docentes Suplentes

Fabilene Gomes Paim; Ody Marcos Churkin

Representantes dos Técnicos -Administrativos

Jeferson de Moraes Correia; Leila Cristina dos Santos

1) Dados formais da instituição

Este documento caracteriza o Marco Zero do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - campus São Roque/SP. O código desta instituição no Censo Escolar é 35433412. Localizada na Rodovia Prefeito Quintino de Lima, 2100, CEP 18136-540, São Roque (SP), a instituição está inscrita sob o CNPJ10.882.594/0006-70. Antes de adentrarmos a história do câmpus São Roque, é importante conhecer a história do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo.

2) Informações históricas

2.1 Breve histórico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP)

Originalmente criado em 1909 como “Escola de Aprendizizes e Artífices de São Paulo” (EAASP), pelo Presidente Nilo Peçanha (por meio do Decreto-lei n.º 7.566, assinado em 23 de setembro de 1909), o IFSP teve seu primeiro ano letivo em 1910. Durante muitos anos houve apenas uma escola técnica federal no Estado de São Paulo. No primeiro semestre daquele ano, a escola funcionou provisoriamente em um galpão instalado na Avenida Tiradentes, no Bairro da Luz, sendo no mesmo ano transferida para o bairro da Santa Cecília, na Rua General Júlio Marcondes Salgado, onde permaneceu durante os seus primeiros 65 anos.

Em 1910 foram oferecidos os cursos de Tornearia, Mecânica e Eletricidade, além das oficinas de Carpintaria e Artes Decorativas. De 135 matriculados no início do ano letivo, que começou em 24 de fevereiro, 95 concluíram os estudos ao fim daquele primeiro ano (FONSECA, 1986, p. 183). Em função do crescimento da industrialização no Estado de São Paulo e da concorrência com o Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, de forma geral, em seu início, a Escola de Aprendizizes e Artífices de São Paulo teve seu projeto voltado para a formação de operários e contramestres. Em 1937, quando passou a ser chamada de Liceu Industrial de São Paulo, a Escola de Aprendizizes Artífices teve quatro diretores, sendo o primeiro deles João Evangelista Silveira da Mota, que permaneceu no cargo por 22 anos (IFSP, PDI 2014-2018, p. 30-31).

Seguindo as modificações legais e as tendências que ocorriam em toda a rede federal de escolas (Lei n.º 378, de 13 de janeiro de 1937, que regulamentou o recém-denominado Ministério da Educação e Saúde), a partir de 1937 a escola transformou-se em “Liceu Industrial de São Paulo” (LISP) e apenas cinco anos depois (1942), com a reforma Capanema, teve duas mudanças de nome: “Escola Industrial de São Paulo” (EISP – Decreto-lei n.º 4.073, de 30 de janeiro de 1942) e em seguida “Escola Técnica de São Paulo” (ETSP – Decreto-lei n.º 4.127, de 25 de fevereiro de 1942). No que diz respeito à regulamentação do ensino técnico, o Decreto n.º 11.447, de 23 de janeiro de 1943, fixou os limites da atuação didática das escolas técnicas e das escolas industriais. Com base nesse Decreto, coube à Escola Técnica de São Paulo ministrar os seguintes cursos voltados à formação profissional, no caso do ensino industrial básico e do ensino de mestría: fundição,

serralheria, mecânica de máquinas, marcenaria e cerâmica. No tocante ao ensino técnico: edificações, desenho técnico e decorações de interiores (art. 10).

Os professores da Escola Técnica, de forma geral, além de possuírem graduação para a atuação como docentes, dominavam saberes de profissões técnicas. Ao considerarmos a própria natureza dos cursos, percebemos que a ação acadêmica do docente sempre tinha caráter de instrução teórico-prática, pois várias profissões e ofícios ensinados requeriam competências e habilidades práticas, pois eram de manufatura, e atuação instrumental e artesanal.

Ainda quanto ao funcionamento dos cursos técnicos, é importante mencionar que, pelo Decreto n.º 20.593, de 14 de fevereiro de 1946, a escola paulista recebeu autorização para implantar o curso de Construção de Máquinas e Motores. Nessa nova fase, após alguns anos, por meio do Decreto n.º 21.609, de 12 de agosto 1946, autorizou-se o funcionamento do curso técnico de Construção de Pontes e Estradas.

No final da década seguinte, ainda na condição de Escola Técnica de São Paulo, pela Lei n.º 3.552, de 16 de fevereiro de 1959, promulgada pelo Presidente Juscelino Kubitschek, a escola passou à condição de autarquia federal, ampliando sua autonomia funcional e concedendo maior abertura para a participação dos docentes e servidores na condução das políticas administrativas e pedagógicas da escola.

Em 1965, no segundo ano da ditadura militar, ocorreu uma nova alteração e a palavra "federal" foi incorporada ao nome da instituição: Escola Técnica Federal de São Paulo – ETFSP (Lei n.º 4.759, de 20 de agosto de 1965). Embora sempre fosse disciplinada por leis de alcance nacional, somente nessa época que a expressão adicionada ao nome tornava clara sua vinculação administrativa e funcional. Na segunda década da ditadura militar, um grande avanço físico-estrutural ocorreu, pois, em 23 de setembro de 1976, a instituição seria transferida para as novas instalações no Bairro do Canindé. A nova sede ocupava uma área de 60.000 m², dos quais 15.000 m² construídos e 25.000 m² projetados para construção e ampliação. Novos cursos também foram incorporados nesse período: eletrotécnica (1965), eletrônica e telecomunicações (1977) e

processamento de dados (1978), que se somaram aos de edificações e mecânica (que por sua vez eram remodelações de cursos anteriores) (IFSP, PDI 2014-2018, p. 40).

Com a democratização, em 1986 ocorreu a primeira eleição com ampla participação de servidores para a escolha do diretor. Assumiu o posto o professor Antônio Soares Cervila, que teve uma significativa atuação para a ampliação da atuação da instituição. Nessa gestão, teve início a expansão das unidades educacionais descentralizadas (Uned), com a criação, em 1987, da primeira do País, no município de Cubatão/SP. A segunda Uned iniciou seu funcionamento em 1996, na cidade de Sertãozinho/SP.

Em 1999 (18.01.1999), o Presidente Fernando Henrique Cardoso oficializou a mudança de denominação para Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo (Cefet/SP), ampliando as possibilidades de atuação e objetivos. À semelhança dos Cefet de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, a instituição em São Paulo poderia pela primeira vez em sua história oferecer cursos superiores.

No entanto, as mudanças de ETF (Escola Técnica Federal) para Cefet (Centro Federal de Educação Tecnológica) geraram modificações no cotidiano e na estrutura de funcionamento da instituição. Os docentes atuavam apenas em cursos técnicos de nível médio e boa parte não tinha experiência no Ensino Superior. Além disso, as mudanças que eram apenas visualizadas pela LDB n.º 9.394/1996 chegaram à prática do Cefet – haveria uma separação entre ensino médio e profissionalizante. Entre 1999 e 2008 foram abertos apenas cursos técnicos concomitantes e subsequentes: era o fim dos cursos técnicos integrados, bastante reconhecidos por sua qualidade na cidade de São Paulo (CERQUEIRA, 2014). Essas mudanças trouxeram debates e questionamentos, o que na verdade ocorria em todo o País, pois, no dizer de D'Angelo (2007, p. 22), o Decreto n.º 2.208/1997, que regulamentava a proposta da Lei n.º 9.394/1996, aprofundava a “dualidade estrutural entre a formação acadêmica e a formação para o trabalho instrumental”, pois, com o ensino integrado, a interdisciplinaridade permite a formação de “conceitos científico-tecnológicos articulados à compreensão do processo produtivo e das relações sociais que caracterizam a realidade atual”.

No tocante ao Ensino Superior, as mudanças ocorreram rapidamente, pois no período entre 2000 e 2008 foram implantados diversos cursos voltados à formação de tecnólogos e bacharelados na área de engenharia, bem como licenciaturas.

Após um intervalo na abertura de novas unidades descentralizadas (Uned) iniciado em 1987, elas voltaram a ser implantadas no Cefet/SP: Guarulhos em 2006; Bragança Paulista, Salto, Caraguatatuba e São João da Boa Vista em 2007; e São Roque e São Carlos em 2008.

Em meio aos debates sobre os rumos da educação técnica e tecnológica, as mudanças chegaram ao Cefet/SP levando a instituição ao seu último e atual ciclo e implicando não apenas a mudança de nome, mas também um novo *status* institucional. Com a Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008, promulgada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foi criado o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), que, na realidade, era muito mais do que uma nova nomenclatura em substituição ao Cefet/SP; tratava-se de uma nova modalidade de ação estrutural, no formato de IF, com o mesmo *status* das universidades, com capacidade e autonomia para a criação de cursos e ampliação da atuação dentro da própria abrangência regional.

Quando completou seus 100 anos em 2009, com as demais instituições irmãs nos outros Estados da federação, festividades ocorreram para ressaltar e comemorar a longa e profícua trajetória na formação de profissionais por meio da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica. Essa fase marcou a criação de novos cursos, unidades e a ampliação da capacidade estrutural e institucional (MATIAS, 2004).

Nessa última fase, o crescimento institucional foi gigantesco, com unidades educacionais implantadas em diversos municípios do Estado de São Paulo: Campos do Jordão, Birigui, Piracicaba, Itapetininga, Catanduva, Araraquara, Suzano, Barretos, Boituva, Capivari, Matão, Avaré, Hortolândia, Votuporanga, Presidente Epitácio, Registro, Campinas, São José dos Campos, Assis, Jacareí, Ilha Solteira, Itaquaquecetuba, Jacareí, Jundiaí, Pirituba, São Miguel Paulista, Sorocaba e Tupã.

2.2 A gestão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Em cada um dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (alguns ainda mantêm a denominação Cefet), a Reitoria é o órgão e instância decisória máxima. No caso do IFSP, historicamente pode ser afirmado que as primeiras ações análogas a essa instância tiveram início com a criação das primeiras Uned, uma vez que antes só se podia falar de direção local, pois havia somente uma unidade escolar (Câmpus São Paulo). No entanto, conforme a legislação da época e mesmo até a última lei antes da criação dos Institutos Federais em 2008, o cargo e a função do dirigente máximo, ainda que de todas as unidades, era de Diretor-Geral (Diretoria-Geral), e não Reitor.

Somente a partir da Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que a Reitoria passa a existir como órgão máximo na instituição. No IFSP, a configuração para o exercício das atividades administrativas estabelece a Reitoria com a seguinte configuração: o Reitor, as Pró-Reitorias de Ensino, de Extensão, de Pesquisa e Inovação, de Administração, e de Desenvolvimento Institucional, além das Diretorias, de Auditoria Interna e de Procuradoria Federal. Desde o seu início, o IFSP teve três reitores: Arnaldo Augusto Ciquiello Borges (2009 – 2013), indicado pelo governo federal, e Eduardo Antônio Modena (2013 – 2021), Silmário Batista dos Santos (2021-2024), atual Reitor, eleito pela comunidade do IFSP.

Estruturalmente, a função máxima (Reitor) é assistida em suas funções pela equipe de seu Gabinete. Dessa forma, o Gabinete é responsável por assistir o Reitor em sua representação política, social e administrativa, incumbindo-se do preparo e despacho do expediente, atendimento preliminar e prestação de informações às pessoas que procurarem o Reitor. Deve organizar a agenda diária do Reitor e providenciar as condições necessárias para a efetivação dos compromissos, além de instruir processos e outros documentos solicitados, fomentar e articular a ação política e administrativa da Reitoria (IFSP, 2017).

A Pró-Reitoria de Administração é responsável por planejar, definir, acompanhar e avaliar as políticas e ações para o desenvolvimento das atividades de gestão da

execução orçamentária, financeira e patrimonial. Para o andamento dessas atividades, ela promove o desenvolvimento de um modelo de gestão de planejamento e controle orçamentário, bem como o aprimoramento das atividades de gestão administrativa (IFSP, 2017).

À Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (PRD) compete planejar, definir, acompanhar e avaliar o desenvolvimento das políticas definidas pela Reitoria, levantando e analisando os resultados obtidos, buscando o aprimoramento do processo educacional e administrativo, em consonância com as diretrizes definidas pelo Ministério da Educação e disposições do Conselho Superior (IFSP, 2017).

Por sua vez, a Pró-Reitoria de Ensino (PRE) é responsável pela formulação e execução das políticas de ensino do IFSP, articuladas com a pesquisa e extensão, em consonância com as diretrizes provenientes do Ministério da Educação e do Conselho Superior do IFSP (IFSP, 2017).

A Pró-Reitoria de Extensão (PRX) é o órgão superior da Reitoria responsável por planejar, definir, acompanhar, supervisionar e avaliar as políticas e ações de extensão do IFSP (IFSP, 2017).

A Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (PRP) é responsável por planejar, dirigir, supervisionar e coordenar todas as atividades de pesquisa, de apoio à inovação e de pós-graduação mantidas pelo IFSP (IFSP, 2017).

Considerando a política de gestão democrática proposta na Lei n.º 11.892/2008, o IFSP conta ainda com o Conselho Superior (Consup), que, de acordo com o estatuto da instituição, "é o órgão máximo dentro do IFSP, de caráter consultivo e deliberativo" (IFSP, 2017). Na presidência do Consup está o Reitor, e ainda fazem parte dessa instância cujas decisões têm força normativa: "representantes dos docentes, discentes, servidores técnico-administrativos, egressos, representantes da sociedade civil, do Ministério da Educação e dos diretores-gerais de câmpus" (IFSP, 2017). Como órgão colegiado, o Conselho Superior objetiva analisar e regular as diretrizes de atuação do IFSP, no alcance acadêmico e administrativo, "tendo como finalidade o processo educativo de excelência" (IFSP, 2017).

2.3 Breve Histórico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – Câmpus São Roque

Em meados de 2006, o terreno no município de São Roque/SP, com o prédio inacabado foi transferido para o Cefet/SP, que assumiu a responsabilidade para a sua conclusão, assim como a reestruturação do projeto educacional e aquisição de mobiliário e equipamentos. A edificação, em questão, foi inicialmente projetada para abrigar uma unidade educacional do segmento comunitário.

Uma equipe constituída de representantes do Programa de Expansão da Educação Profissional (Proep) e do Cefet/SP vistoriou as obras paralisadas e abandonadas há mais de quatro anos para os devidos procedimentos. As ações no Proep foram concluídas no primeiro semestre de 2008, permitindo que as atividades da Uned São Roque fossem iniciadas no semestre subsequente.

Inicialmente implantando como Unidade Descentralizada (UNED), o Câmpus São Roque do IFSP foi autorizado pela Portaria Ministerial n° 710, de 09/06/2008. Após ser idealizado no Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica – Fase I.

A ideia inicial era que a escola pudesse ser uma instituição de ensino com vocação na área de ciências agrárias, adequando-se à história do município e ao arranjo produtivo local onde está inserido. Assim, a UNED São Roque foi pioneira na implantação de um curso técnico na área das Ciências Agrárias no CEFET-SP.

Dessa forma, o início das atividades letivas ocorreu em agosto de 2008, com a abertura do Curso Técnico em Agronegócio, nos períodos vespertino e noturno, turmas com capacidade para quarenta alunos cada.

No final daquele primeiro ano, em função da Lei n.º 11.892/2008, que criou os Institutos Federais, a Uned SÃO ROQUE passou a ser IFSP – Câmpus SÃO ROQUE. Rapidamente o Câmpus se empenhou em atender as demandas da microrregião na qual está inserido, que abrange oito municípios. O rápido crescimento do Câmpus pode ser percebido na oferta dos cursos, no número de alunos, de docentes e de servidores técnico-administrativos. No Ensino Médio, após a oferta inicial dos cursos técnicos concomitantes e subsequentes, o Câmpus começou a oferecer cursos técnicos integrados ao ensino médio. Inicialmente estes cursos

foram ofertados em parceria com o Governo do Estado de São Paulo, sendo que os estudantes cursavam o ensino médio nas escolas parceiras e a parte profissionalizante no IFSP. A partir de 2015, extinta a parceria com o Governo do Estado, e com amplo investimento em contratação de servidores docentes e técnicos administrativos, passou a ofertar cursos técnicos integrados ao ensino médio exclusivamente ofertados pelo IFSP – câmpus São Roque. No Ensino Superior, todos os cursos já chegaram à formação dos primeiros egressos e foram reconhecidos pelo sistema MEC/Inep com excelentes notas. No Quadro 1, a seguir, podemos observar esse crescimento no que diz respeito aos cursos ofertados:

Quadro 1 – Cursos ofertados pelo IFSP – Câmpus SÃO ROQUE

Nome do Curso	Oferta
Técnico em Agronegócio – Concomitante ao Ensino Médio	2008 – 2012
Técnico em Agroindústria – Concomitante ao Ensino Médio	2009 – 2012
Licenciatura em Ciências Biológicas	2010 →
Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio (Parceria SEE)	2012 – 2016
Técnico em Alimentos Integrado ao Ensino Médio (Parceria SEE)	2012 – 2016
Tecnologia em Gestão Ambiental	2012 →
Tecnologia em Viticultura e Enologia	2013 →
Técnico em Serviços Públicos (Parceria Rede e-Tec Brasil)	2013 – 2017

Bacharelado em Administração	2014 →
Técnico em Alimentos Integrado ao Ensino Médio	2015 →
Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio	2015 →
Técnico em Meio Ambiente Integrado ao Ensino Médio	2017 →
Pós-Graduação Latu Sensu em Metodologia do Ensino das Ciências da Natureza (Aprovado e Autorizado)	2019 →

Fonte: JARDIM, 2018.

Nesse sentido, como se pode observar no Quadro 01, no câmpus São Roque do IFSP são ofertados cursos técnicos integrados ao ensino médio, cursos superiores (bacharelado, licenciatura e cursos superiores de tecnologia) e pós-graduação na área de formação de professores. Em geral, a oferta de vagas para todos os cursos limita-se ao número de 40 vagas/turma, exceto no caso da pós-graduação, na qual são ofertadas 30 vagas. A oferta de vagas é anual tanto para os cursos semestrais (graduação) como para os cursos anuais (educação básica). No caso da pós-graduação a oferta se dá a cada 18 meses. E no caso do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, a cada 18 meses é aberta uma seleção para outros 40 ingressantes.

O Câmpus tem se empenhado em atender as demandas da microrregião no qual está inserido, que contempla os municípios de São Roque, Alumínio, Araçariguama, Cotia, Ibiúna, Itapevi, Mairinque e Vargem Grande Paulista.

No Instituto Federal, além das aulas regulares, estão previstas atividades de extensão e de pesquisa no âmbito dos cursos. A Extensão busca a aproximação da escola com a comunidade externa estabelecendo contato com empresas, instituições de ensino, organizações da sociedade civil a fim de promover ações de parceria, acordos, convênios, etc.

A Pesquisa tem como objetivo principal fomentar as atividades de pesquisa e inovação por meio de Programas de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIFSP), Jornada de Produção Científica e Tecnológica (JPCT), Ciclos de Palestras

Técnicas (CIPATEC), projetos de pesquisa institucionais, divulgação de artigos em revistas científicas – a unidade publica uma Revista Científica de padrão internacional, o periódico eletrônico *Scientia Vitae*, com trabalhos nas áreas dos cursos ofertados.

O Câmpus participa de programas do CNPq e da CAPES, como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI) e o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID). Os docentes têm acesso e incentivo à formação e capacitação em programas *strictu sensu* e participam de programas de formação continuada no próprio instituto.

Vários projetos de diferentes áreas são realizados, como por exemplo, *Ciência in Roque* (escolas do município e o instituto), *Escolas2030* (UNESCO), *Empresa Júnior* (curso de Administração), e dezenas de cursos de extensão oferecidos a cada semestre (Sommelier, Cerveja Artesanal, Direito Ambiental, Direito do Trabalho, Compostagem, Violão, Capoeira etc.).

Estudantes do IF São Roque participam do Programa Ciências sem Fronteiras do governo federal, que busca promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional.

O Protagonismo estudantil é estimulado de variadas formas, e associações estudantis tais como o Grêmio Estudantil, a Atlética, os Centros Acadêmicos e os Coletivos são muito atuantes.

Estruturalmente, a instituição se expandiu bastante desde o seu início. Biblioteca, Ginásio Poliesportivo, Área de Convivência, Auditório, Estufas, 16 Salas de aulas, 15 Laboratórios, 16 Salas administrativas, refeitório para estudantes e servidores; estacionamento para os servidores, e outros espaços pedagógicos.

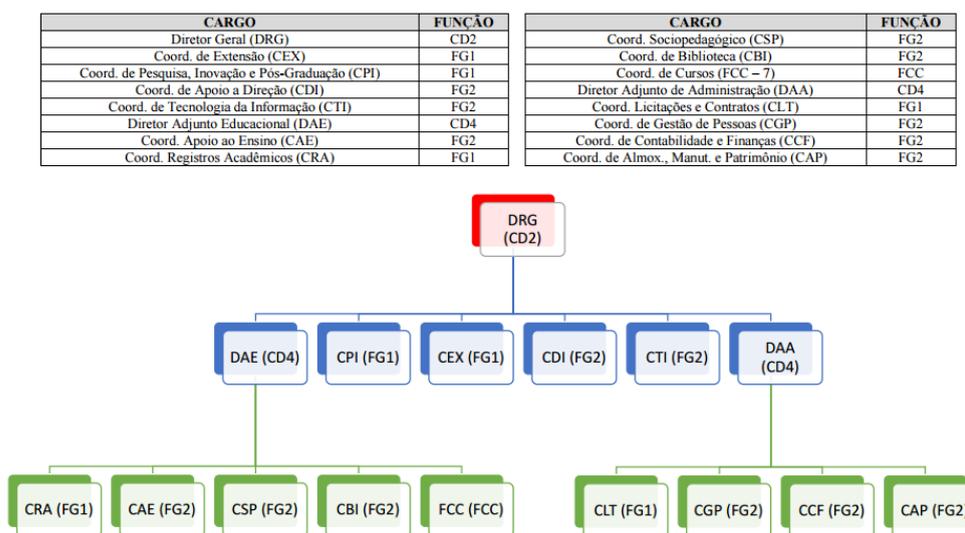
O câmpus conta com aproximadamente 66 docentes e 40 técnicos administrativos em educação. Grande parte dos docentes, cerca de 70%, atua em diversos níveis de ensino.

Na Educação Básica temos, no ano de 2022, 116 estudantes no curso Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio; 115 estudantes no curso Técnico em Alimentos Integrado ao Ensino Médio; e, 112 estudantes do curso Técnico em Meio

Ambiente Integrado ao Ensino Médio; totalizando 343 estudantes neste nível de ensino. Nos cursos superiores temos: 184 estudantes do curso de Bacharelado em Administração; 207 estudantes do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas; 85 estudantes do curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental e 99 estudantes do curso Superior de Tecnologia em Viticultura e Enologia, totalizando 575 estudantes matriculados em cursos superiores (2022-1). Na pós-graduação em Metodologias para o Ensino de Ciências da Natureza temos 31 estudantes. Isto significa a dizer que o câmpus São Roque do IFSP possui um total de 949 estudantes matriculados no 1º semestre de 2022.

Assim, com quase mil estudantes, especialmente moradores de São Roque e região, o IF da Terra do Vinho busca diariamente atingir o seu objetivo máximo, uma educação pública, de qualidade e inclusiva; e, conseqüentemente, torna-se uma opção para aqueles brasileiros e brasileiras que almejam uma formação profunda, descontraída, crítica e construtiva.

Imagem 01: Estrutura Organizacional do IFSP – Câmpus SÃO ROQUE



Fonte: Resolução n.º 26, de 5 de abril de 2016 (IFSP, 2016).

Em linhas gerais, acompanhando a estrutura organizacional da Reitoria, o funcionamento do IFSP em nível de Câmpus enquanto autarquia federal é regido

por suas normatizações, sobressaindo a Resolução n.º 26/2016 que estabelece as regras de funcionamento de cada câmpus e a Resolução n.º 45/2015 que estabelece as regras do Conselho de Câmpus (Concam).

Sendo cada câmpus responsável por oferecer educação profissional e tecnológica no nível médio e superior, a Resolução IFSP n.º 26/2016 estabelece os direcionamentos gerais e específicos e regras operacionais das três instâncias em cada câmpus – a Direção-Geral, e outros dois órgãos, que lhe são subordinados: a Direção Adjunta Administrativa e a Direção Adjunta Educacional (IFSP, Resolução IFSP n.º 26/2016).

À Direção-Geral compete dirigir e orientar as atividades gerais da unidade escolar, coordenar e acompanhar as atividades administrativas e acompanhar e supervisionar as atividades educacionais e escolares. As seguintes coordenadorias respondem diretamente à Direção-Geral: Apoio à Direção (CDI), Tecnologia da Informação (CTI), Extensão (CEX), Pesquisa e Inovação (CPI) (art. 3.º da Resolução IFSP n.º 26/2016). À Direção-Geral cabe: programar e executar as políticas definidas para a instituição, contribuir com a atualização do PDI, dirigir as ações dos setores visando atingir as metas estabelecidas, convocar servidores do IFSP para participarem das atividades necessárias ao desenvolvimento e à implantação de políticas e ações acadêmicas e administrativas, programar as políticas de gestão de pessoas quanto à capacitação e análise de desempenho dos servidores sob sua direção, dirigir as ações necessárias à execução do orçamento do Câmpus e apresentar os relatórios de sua gestão (IFSP, Resolução IFSP n.º 26/2016, art. 4.º).

Vale ressaltar que as Coordenadorias de Extensão, e Pesquisa e Inovação desempenham importante papel no cumprimento da missão institucional e, no plano operacional, respondem diretamente à Direção-Geral. À Coordenadoria de Extensão visa aproximar o câmpus do IFSP à comunidade na qual a instituição está inserida. Dessa forma, estabelece contato com empresas, instituições de ensino e outras, buscando parcerias, acordos e convênios para implementar a política de desenvolvimento de extensão e da cultura empreendedora. À Coordenadoria de Pesquisa e Inovação do câmpus cabe o planejamento e acompanhamento das atividades relacionadas com a pesquisa, buscando seu

fortalecimento em todos os níveis de ensino do IFSP (IFSP, Resolução IFSP n.º 26/2016, arts. 7.º e 8.º).

Aos Diretores Adjuntos (Direção de Administração e Direção de Ensino) compete, de acordo com o Regimento do IFSP, dirigir as equipes sob sua responsabilidade, de forma a atingir os objetivos estabelecidos para os setores e planejar a execução das atividades do setor sob sua responsabilidade. À Direção Adjunta de Administração compete coordenar a implementação, o controle e a avaliação das atividades de caráter operacional administrativo no âmbito dos recursos humanos, materiais, equipamentos e instalações físicas. As seguintes coordenadorias respondem diretamente à Direção Adjunta de Administração: Gestão de Pessoas (CGP), Contabilidade e Finanças (CCF), Licitações e Contratos (CLT), Almoxarifado Manutenção e Patrimônio (CAP) (IFSP, Resolução IFSP n.º 26/2016, art. 9.º). À Direção Adjunta de Ensino compete dirigir e coordenar a implementação do projeto político pedagógico institucional em sua completa extensão, funcionamento e finalidade (ensino e aprendizagem, programas e currículos, cursos e projetos, calendários e horários, avaliações e registros, capacitações e intercâmbios, relações e interações entre docentes e discentes). As seguintes coordenadorias respondem diretamente à Direção Adjunta de Ensino: Sociopedagógica (CSP), Registros Acadêmicos (CRA), Apoio ao Ensino (CAE), Biblioteca (CBI), Cursos (FCC) (IFSP, Resolução IFSP n.º 26/2016, art. 14).

Tal como na Reitoria, temos o Conselho Superior como forma de promover a gestão democrática e ampla participação dos servidores nos processos decisórios e, na gestão do IFSP, temos, em nível de câmpus, os Conselhos de Câmpus. No caso do IFSP – Câmpus SÃO ROQUE, o Conselho de Câmpus (Concam) é um órgão, cujo regimento foi aprovado pela Resolução n.º 45/2015, de 15 de junho de 2015, e cuja importância é indiscutível no que diz respeito à implantação e manutenção da política de gestão democrática, já estabelecida pela Lei n.º 11.892/2008.

É função do Concam aprovar as diretrizes, propostas e metas de atuação do Câmpus e estar atento à adequada execução das políticas educacionais locais; analisar, debater e aprovar as questões relativas aos investimentos orçamentários, relatórios de gestão e propostas de gastos; analisar e aprovar o Projeto Político

Pedagógico (PPP) e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), além das regras, normas e regulamentos, bem como os projetos pedagógicos de cursos e suas alterações. São membros do Concam: o diretor do Câmpus, que é seu presidente, representantes dos docentes, técnicos administrativos, discentes, membros da comunidade externa, egressos e membros do poder público local (municipal ou estadual). As decisões deste Conselho têm impacto direto na vida acadêmica e administrativa do Câmpus.

O Conselho de Câmpus, cujo Regimento foi aprovado pela Resolução n.º 45 de 15 de junho de 2015, é constituído por representantes de diversos segmentos e atua para acompanhar e referendar as atitudes do Diretor do Câmpus. Ao Conselho cabe, entre outros, debater e aprovar assuntos importantes como os Calendários Escolares, Propostas Orçamentárias, Normas e Regulamentos Internos, Projetos Pedagógicos dos Cursos, Projeto Político-Pedagógico do Câmpus e o Projeto de Desenvolvimento Institucional do Câmpus (IFSP, Resolução n.º 45, 2015).

2.4 Relação entre o nome e as práticas da organização hoje?

A nomenclatura Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – câmpus São Roque reflete a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, as quais permeiam as práticas dos servidores docentes e técnico-administrativos junto aos discentes da instituição. É uma organização educativa que promove a formação integral, ao desenvolver a cidadania, privilegiar a inclusão, estimular o empreendedorismo e a inovação.

2.5 Se fosse contar a história da organização para alguém que não conhece nada sobre ela, o que não poderia faltar?

Um dos cerne da nossa atuação é a educação como um instrumento para reduzir a desigualdade social. A formação integral contribui nesse sentido. Trabalhamos e gerenciamos essa organização educativa por meio da gestão democrática e participativa, possibilitando e incentivando a participação de servidores e de discentes de todos os níveis de ensino nas decisões.

É sempre bom lembrar que o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (ou simplesmente Instituto Federal de São Paulo) – câmpus São Roque oferecemos cursos técnicos integrados ao ensino médio (administração, alimentos e meio ambiente), cursos superiores (bacharelado em Administração; Licenciatura em Ciências Biológicas, Tecnologia em Gestão Ambiental e Tecnologia em Viticultura e Enologia), além do curso de pós-graduação em Metodologia para o Ensino de Ciências. São cursos muito bem avaliados pelo MEC/INEP e estão alinhados com as características econômicas e sociais dessa região.

Em relação ao aspecto da educação inclusiva, devemos fazer um destaque: o câmpus conta com uma equipe multiprofissional que compõe o setor sociopedagógico (pedagogas, psicólogo, técnicos em assuntos educacionais, assistente social), que, entre outras ações, oferecem suporte psicopedagógico ao educando, e um setor exclusivo para o atendimento às pessoas com necessidades específicas – o NAPNE – Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas, o qual também é conduzido por um equipe multiprofissional que envolve técnicos-administrativos, docentes, estudantes e representantes da sociedade civil, os quais dialogam e propõem ações para a melhoria da inclusão na instituição,

É muito importante comentar que o IFSP – câmpus São Roque se alinha ao Programa Escolas 2030, pois conforme colocado pela UNESCO buscamos aprendizado além dos muros da escola e ao longo da vida, enfocando a formação do cidadão com pensamento crítico e com autonomia para a tomada de decisões que o impulsionem para uma vida digna e para uma sociedade mais equitativa e menos desigual.

Nesse processo educativo há o incentivo institucional para a ampliação das iniciativas que colocam os estudantes como protagonistas na construção do

conhecimento, com a mediação dos professores, por meio do desenvolvimento de projetos que integram diferentes cursos e diferentes níveis de ensino. São exemplos dessas iniciativas as organizações de representação estudantil como grêmio e atlética, bem como os coletivos negro, feminista, núcleos de estudos de gênero, entre outros.

É fundamental, ainda, esclarecer que o IFSP é uma instituição que promove a formação continuada dos servidores dentro e fora da instituição, por meio de uma política de gestão de pessoas que incentiva a qualificação profissional, mas também por contar com uma comissão responsável por pensar, propor e promover reuniões de formação continuada no trabalho.

Atendimento às demandas da comunidade de entorno, muito embora as ações também ainda sejam incipientes.

3. Atributos físicos e prediais, turnos e modo como os sujeitos ocupam e são distribuídos pelas dependências; aspectos relacionados às articulações que a OE faz com territórios externos ao prédio da instituição

O câmpus São Roque do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo é composto por: salas administrativas, salas de aula (15 salas, de 3 tamanhos diferentes), 02 laboratórios de informática, 01 laboratório de Ciências, Matemática e Física, auditório, ginásio poliesportivo, área de convivência, biblioteca, 15 salas administrativas, enfermaria, além de um prédio com laboratórios nas seguintes áreas: botânica, química, zoologia; viticultura e enologia; análise sensorial; gestão ambiental, entre outros; estufas; pátio; refeitório; sala para grêmio e diretórios acadêmicos (em implantação).

Além disso, são utilizados os espaços de vegetação arbórea para aulas práticas; no pátio são desenvolvidas atividades culturais, artísticas, rodas de conversa; no ginásio poliesportivo são desenvolvidas as aulas de educação física, treinos e outras atividades desportivas extracurriculares, além de projeto de extensão relacionados aos saberes afro-brasileiros na roda de capoeira, cursinho popular, ENCEJA, para citar alguns; no auditório, com capacidade para

aproximadamente 142 pessoas, desenvolvemos cursos, palestras, mesas redondas, muitas delas sob o protagonismo dos estudantes.

O IFSP – SRQ funciona em três turnos (7h30min às 22h25min, de segunda à sexta-feira), com cursos técnicos integrados ao ensino médio, cursos de graduação e pós-graduação. Há uma ênfase na formação profissional e na formação de professores nos cursos que são desenvolvidos no câmpus, ambas focadas na formação integral/cidadã.

É também característica da nossa instituição o desenvolvimento de aulas práticas e visitas técnicas em empresas, organizações públicas e da sociedade civil, parques e entidades da nossa região, tais como: vinícolas, Parque Natural Municipal da Mata da Câmara; Centro Cultural Brasital, Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (APTA São Roque), entre outros.

3.1 Há espaços além dos prediais da organização onde ocorrem parte das atividades relacionadas ao ensino e à aprendizagem?

Os espaços do arvoredo do câmpus, passarelas e estufas são também ambientes de aprendizagem, e além disso, frequentemente há atividades em outros espaços do município como reservas, trilhas e matas que atendem aos interesses dos cursos do câmpus voltados ao meio ambiente e estudos da flora e fauna, além das vinícolas e da APTA que atendem às demandas voltadas para os cursos de Viticultura e Enologia e do Técnico em Alimentos Integrado ao Ensino Médio, e/ou as parcerias com empresas privadas que permitem visitas técnicas e/ou têm acordo de cooperação com a instituição para promover atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Além dos espaços pedagógicos internos e externos, cabe destacar a utilização do ambiente virtual de aprendizagem, que antes do período de pandemia era utilizado de maneira mais tímida e pontual, e a partir do ano de 2020 transforma-se numa importante ferramenta no desenvolvimento do processo educativo em todos os cursos. Há, ainda, além do acervo da biblioteca, que conta inclusive com obras em braile, o acesso aos estudantes e servidores na biblioteca virtual Pearson.

4. Atividades de pesquisa, extensão e informações territoriais do IFSP – câmpus São Roque

O campus se propõe a estabelecer vínculos com as comunidades do entorno e da região através de diversas frentes. Eventos como o Ciclo de Palestras Tecnológicas - CIPATEC e a JORNADA CIENTÍFICA, são abertos para toda comunidade interna e externa, com apresentação de trabalhos de alunos, professores e de convidados, assim como palestras sobre diversos temas relacionados aos cursos oferecidos e as peculiaridades regionais. Existem também outras parcerias entre a OE e entidades locais:

- Projeto de Sessão Servidor, por meio de Acordo Cooperação Técnica com a Prefeitura de São Roque (Executivo)
- Projeto de Extensão em Resíduos Sólidos e Economia Solidária, parceria vigente com a Prefeitura de Mairinque.
- Projeto de Coleta Seletiva (Acordo de Cooperação Técnica em processo), com a Prefeitura de Ibiúna, inclusive com ações já em curso.
- Projeto/Curso de Cursinho Popular Preparatório para o ENEM (EaD)
- Projeto de Extensão vigente de Cinedebate, desenvolvido no próprio campus com a participação de alunos, professores e convidados, presencial e remotamente, onde também se inclui o Festival de Cinema Entretodos de Direitos Humanos.
- Parceria estabelecida com o Sindicato da Indústria do Vinho de São Roque – SINDUSVINHO, para visitas técnicas a centros de produção de bebidas e alimentos na cidade.

Além de outras atividades como o Cursinho Pré-Vestibular, Residência Pedagógica, em parceria com escolas municipais, Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), a promoção de feiras de Ciências envolvendo os cursos técnicos integrados ao ensino médio e o curso de licenciatura. e a participação em Feiras de Ciência e Tecnologia promovidas pelo município.

Ainda existem os programas de Cooperação Técnica desenvolvidos por servidores do campus que são oferecidos à comunidade local e que estão cadastrados na plataforma INTEGRA.

3.1 O que é característico da região na qual a OE se localiza?

Produção de hortaliças, fruticultura, viticultura e enologia, turismo gastronômico e enoturismo, turismo de bebidas (destiladas, inclusive); Cinturão Verde da Mata Atlântica; comércio e serviços.

4.2. De onde vêm as/os estudantes e profissionais da OE?

Boa parte dos estudantes e profissionais são das regiões metropolitanas de SP e da microrregião de Sorocaba. Há também estudantes e servidores provenientes de outros estados brasileiros.

4.3 Outros aparelhos públicos, associações de bairro ou grupos informais no território e a interação do IFSP-SRQ com esses polos de atividade

Existem sim parcerias entre a OE e entidades locais, como por exemplo:

- Projeto Extensão vigente para o desenvolvimento de atividades de cooperação técnica com Associação Quilombola do Bairro do Carmo.
- Cursos de Educação Popular: Atividades de Formação e Pré-Encceja, parceria vigente com o Centro de Referência em Assistência Social - CRAS Paisagem Colonial (bairro que sedia o campus).
- Projeto de Extensão vigente para a Produção de Materiais Didáticos para Estudantes Deficientes, em parceria com Escolas Municipais e Estaduais da cidade.
- Projeto de Extensão em Educação Ambiental, parceria vigente com escolas públicas de São Roque do Ensino Fundamental.

- Projeto de Extensão de Capoeira, parceria vigente com escolas públicas do Ensino Fundamental dos bairros vizinhos Paisagem Colonial e Parque Aliança,
- Projeto de Extensão para Auxílio dos Idosos no Período da Pandemia, com orientações e esclarecimentos em linguagem acessível à população mais vulnerável ao vírus.

Além disso, há parceria com a prefeitura municipal para coleta e atendimento de demandas em cursos de formação inicial e continuada.

5. Indicadores de Avaliação Externa e performance da OE (índices de desenvolvimento, avaliações educacionais etc.);

- Como os indicadores externos impactam as práticas da organização?
- Como a equipe vê suas características e/ou performances nos indicadores externos?

Os cursos Superiores fazem ENADE e obtêm excelentes resultados, o mesmo se dá em relação às avaliações periódicas do MEC-INEP. Na educação básica há a participação no SAEB e as aprovações em processos seletivos por meio do ENEM/SISU e de outros processos seletivos para o ensino superior. Observamos que há um significativo índice de aprovação dos egressos do câmpus em processos seletivos de renomadas instituições de ensino superior públicas. No entanto, ainda estamos investindo em um programa de acompanhamento de egressos, por meio de uma parceria entre a Coordenadoria de Extensão e a Diretoria Adjunta de Ensino, sob orientação das Pró-Reitorias de Ensino e de Extensão, para promover ações mais sistematizadas que permitam o estabelecimento de um plano de ação baseado nesses indicadores.

6. O tempo: modo como sua OE organiza o tempo (distribuição das turmas e das atividades educativas)

Os cursos de educação básica, ou seja, os cursos técnicos integrados ao ensino médio, têm aulas no turno vespertino e cada turma tem um dia da semana em que as aulas são em período integral. Nesses dias há oferta gratuita de almoço aos estudantes. Isto significa dizer que à tarde, esses estudantes têm um total de 6 aulas, sendo que em um dia da semana a aula começa mais cedo (7 aulas) e em outro dia da semana (contraturno com mais 4 aulas). A instituição incentiva a formação de grupos de estudos e de times para a prática de esportes nas manhãs livres.

Os cursos superiores funcionam nos turnos matutino e noturno. E a pós-graduação funciona no noturno. Isso favorece uma interação dos estudantes da educação básica com outros níveis de ensino, além da participação em comissões que incluam estudantes de vários níveis de ensino.

As aulas nos 3 níveis de ensino têm duração de 50 minutos,

7. Os saberes e o modo como a OE apoia a aprendizagem dos estudantes

- dimensões de aprendizagem - empatia, criatividade, autonomia, autoconhecimento e protagonismo

Esses saberes e dimensões são trabalhados de forma transversal na organização da política curricular do IFSP, mas também são trabalhados por meio de ações pontuais e de práticas pedagógicas desenvolvidas por alguns docentes seja em aulas regulares, seja por meio de projetos de ensino, pesquisa e extensão.

Há um projeto de pesquisa focado em currículo inovador que está investigando e desenvolvendo formas de avaliar essas ações e por consequência esses valores. Muitos dados foram produzidos no âmbito desse projeto de pesquisa, os quais geraram algumas publicações científicas, mas ainda há um percurso para se conseguir transformar essas ações e práticas pontuais e aquelas desenvolvidas de maneira transversal em ações e práticas sistematizadas e passíveis de avaliação periódica.

Como meios para promover o ensino dessas dimensões podemos citar a plataforma moodle, um importante recurso pedagógico e tecnológico. Além disso, a escola dispõe de laboratório de informática que possibilita outras práticas pedagógicas, além dos laboratórios em diversas áreas (citados anteriormente), os quais permitem aos alunos realizar atividades práticas, despertando o interesse científico e o desenvolvimento de um pensamento crítico sobre o mundo.

As dimensões, afetiva, política, ética, social são trabalhadas em diferentes componentes curriculares, em ações de ensino, pesquisa e extensão e, também estão presentes nas propostas e ações do grêmio estudantil. Também são trabalhadas por meio de ações desenvolvidas pela equipe do setor sociopedagógico, do NAPNE, dos coletivos (negro, feminista e outros grupos de estudos relacionados ao respeito à diversidade).

Diversos docentes fazem uso de metodologias ativas e aprendizagem cooperativa, e para tal realizam continuamente pesquisas para a melhoria do processo educativo e da aprendizagem dos educandos.

O IFSP como um todo promove a cultura por meio de diversos projetos, ações, encontros e congressos. O câmpus São Roque tradicionalmente também promove festa junina, jogos interclasses, e Mostra de Artes.

A instituição conta com uma organização curricular própria e em sua autonomia também se vale da Base Nacional Comum Curricular para o desenvolvimento dos Projetos Pedagógicos de Cursos, embora não se limite a ela, pois considera o Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos e desenvolveu por meio de grupos de trabalho um currículo de referência para cada curso.

8. A gestão democrática e participativa e o envolvimento de atores internos e externos na construção do Projeto Político-Pedagógico Institucional

Em função de uma gestão democrática, aqui temos a participação de docentes, técnicos, discentes e membros da comunidade externa participando ativamente da gestão através de Comissões, Conselhos, Colegiados e funções administrativas diretas; o mesmo ocorre quando da elaboração do Projeto

Político-Pedagógico Institucional (PPP) e da construção dos Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI).

Para tanto, utilizamos reuniões gerais e reuniões setorializadas com comissões, conselhos, colegiados, núcleos e com o Conselho de Câmpus. Em todas as comissões contamos com ampla representação da comunidade acadêmica.

9. Desafios e inovações

A qualificação dos servidores técnico-administrativos e docentes, bem como a missão, visão, valores e princípios do IFSP, juntamente com a política curricular, a gestão democrática e participativa e o desenvolvimento de projetos de ensino, pesquisa e extensão favorecem a formação integral dos educandos, bem como ações que envolvam as dimensões de aprendizagem vinculadas ao Programa Escolas 2030, a saber: empatia, criatividade, autonomia, autoconhecimento e protagonismo.

Entretanto, observamos a necessidade de avançar no sentido da sistematização das ações realizadas de forma a permitir uma análise criteriosa e sistemática dos resultados que vimos alcançando, pois somente desta maneira poderemos criar mecanismos que nos permitam mensurar e analisar qualitativamente o impacto das atividades, projetos, cursos e ações que desenvolvemos junto aos educandos e à comunidade onde o IFSP-SRQ está inserido.

Também consideramos um desafio o currículo integrado proposto em nossos projetos pedagógicos dos cursos da educação básica, haja vista a dificuldade de entendimento dessa proposta curricular e das múltiplas possibilidades que ela apresenta.

10. Escolas2030: o que fez a OE participar do programa?

Conhecemos o programa através de uma escola-parceira em projetos de pesquisa, a Escola Estadual de Educação Profissional Alan Pinho Tabosa, de

Pentecoste/CE. A partir daquele momento, entramos em contato com a coordenação do programa, pois, vimos o alcance do programa e a importância das suas metas e o quanto elas dialogam com os nossos objetivos educacionais/institucionais. Também consideramos que podemos aprender muito compondo a rede do Programa Escolas 2030 por meio da interação com outras organizações educativas e das trocas de experiências que nos permitirão avaliar e transformar as nossas práticas de maneira sistematizada.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Decreto n.º 11.447, de 23 de janeiro de 1943. Fixa os limites da ação didática das escolas técnicas e das escolas industriais da União e dá outras providências. Rio de Janeiro, 1943. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-11447-23-janeiro-1943-463768-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 14 maio 2018.

_____. Decreto n.º 20.593, de 14 de fevereiro de 1946. Amplia a ação didática das Escolas de Manaus, Salvador e São Paulo. Rio de Janeiro, 1946. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-20593-14-fevereiro-1946-329942-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 14 maio 2018.

_____. Decreto n.º 21.609, de 12 de agosto 1946. Amplia a didática da Escola Técnica de São Paulo. Rio de Janeiro, 1946. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-21609-12-agosto-1946-326699-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 14 maio 2018.

_____. Decreto n.º 2.208, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o § 2.º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da

educação nacional. Brasília, 1997. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec2208.pdf>>. Acesso em: 2 nov. 2015.

_____. Decreto-lei n.º 4.073, de 30 de janeiro de 1942. Regulamenta a Lei Orgânica do Ensino Industrial. Rio de Janeiro, 1942. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/De14073.htm>. Acesso em: 14 maio 2018.

_____. Decreto-lei n.º 4.127, de 25 de fevereiro de 1942. Estabelece as bases da organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial. Rio de Janeiro, 1942. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4127-25-fevereiro-1942-414123-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 2 nov. 2015.

_____. Lei n.º 378, de 13 de janeiro de 1937. Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública. Rio de Janeiro, 1937. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1930-1949/l0378.htm>. Acesso em: 2 nov. 2015.

_____. Lei n.º 3.552, de 16 de fevereiro de 1959. Dispõe sobre a nova organização escolar e administrativa dos estabelecimentos de ensino industrial do Ministério da Educação e Cultura, e dá outras providências. Rio de Janeiro, 1959. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3552.htm>. Acesso em: 1.º nov. 2015.

_____. Lei n.º 4.759, de 20 de agosto de 1965. Dispõe sobre a denominação e qualificação das Universidades e das Escolas Técnicas Federais. Brasília, 1965. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4759-20-agosto-1965-368906-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 14 maio 2018.

_____. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 1.º nov. 2015.

_____. Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm>. Acesso em: 1.º nov. 2015.

_____. MEC/RFEPC. Expansão da Rede Federal. Disponível em: <<http://redefederal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal>>. Acesso em: 14 maio 2018.

_____. MEC/SETEC. *Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – Um novo modelo de Educação Profissional e Tecnológica: concepções e diretrizes*. Brasília: MEC/SETEC, 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6691-if-concepcaoediretrizes&category_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 27 mar. 2017.

CERQUEIRA, Maria Cristina Rizzetto. *Trajetórias de mulheres professoras no Instituto Federal de São Paulo (IFSP): Câmpus São Paulo*. 2014. Tese (Doutorado) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo.

D'ANGELO, Márcia. *Escola Técnica Federal de São Paulo: a integração do saber e do fazer na formação de nível técnico médio (1965-1986)*. 2007. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

FONSECA, Celso Suckow da. *História do ensino industrial no Brasil*. Rio de Janeiro: Senai, 1986. v. 1 a 3.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO (IFSP), 2017. *Site Institucional do IFSP*. Disponível em: <<https://www.ifsp.edu.br/>>. Acesso em: 8 fev. 2017.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO (IFSP). Regimento Geral do IFSP. Aprovado pela Resolução n.º 871, de 4 de junho de

2013. Alterado pela Resolução n.º 7, de 4 de fevereiro de 2014. Disponível em: <<http://www2.ifsp.edu.br/index.php/documentos-institucionais/regimentogeralifsp.html>>. Acesso em: 20 abr. 2018.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO (IFSP). PDI-IFSP 2014-2018. Disponível em: <<http://www2.ifsp.edu.br/index.php/documentos-institucionais/pdi.html>>. Acesso em: 18 abr. 2018.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO (IFSP). Resolução n.º 45, de 15 de junho de 2015. Aprova o Regimento dos Conselhos de Câmpus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. Disponível em: <<http://www2.ifsp.edu.br/index.php/arquivos/category/505-resolucoes-2015.html?start=50>>. Acesso em: 19 maio 2018.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO (IFSP). Resolução IFSP n.º 26, de 5 de abril de 2016. Regimentos dos câmpus do IFSP. Disponível em: <<http://www2.ifsp.edu.br/index.php/arquivos/category/568-resolucoes-2016.html?download=15889%3Aresolucao-no-262016-de-05-de-abril-de-2016>>. Acesso em: 24 abr. 2018.

JARDIM, Anna Carolina S. *Representações sociais de professores e gestores sobre “ser professor” no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia*. 2018. 279 p. Tese (Doutorado em Educação: Psicologia da Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

MATIAS, Carlos Roberto. *Reforma da educação profissional: implicações da unidade – Sertãozinho do IFSP*, 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro Universitário Moura Lacerda, Ribeirão Preto.